

13 DEZ 1991

Orcamento: verbas serão renegociadas

BRASÍLIA — Os parlamentares que "carimbaram" verbas no Orçamento diretamente com o Governo para seus municípios terão que negociar novamente suas dotações com o relator-geral da comissão, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). Nas reuniões que as lideranças dos partidos na comissão mista fizeram ficou acertado que Fiúza buscará corrigir as distorções encontradas no projeto original do Governo e nos relatórios parciais. Para corrigir essas distorções, Fiúza poderá dispor das dotações especi-

ficamente destinadas a municípios no projeto do Governo, ou seja, as chamadas verbas "carimbadas".

Fiúza tenta fechar com os demais partidos uma solução negociada para o Orçamento, como forma de acelerar sua apreciação. Ele conseguiu dos partidos o compromisso de retirar da pauta de votação todos os 7 mil destaques. Em troca, Fiúza aceitou concluir seu trabalho com a ajuda de um estado-maior, formado por representantes do Governo e da Oposição. O relator-

geral promete concluir amanhã seu trabalho.

Os membros da comissão estão preocupados com o deputado José Geraldo (PMDB-MG). Em seu relatório para a Ação Social, ele destinou Cr\$ 27 bilhões para seu Estado, dos quais nada menos que Cr\$ 23,9 em emendas de sua própria autoria. O deputado deveria ter entregue ontem um novo relatório. José Geraldo não cumpriu o combinado, o que pode atrasar a votação.

Além da definição de que os

recursos para modificar o Orçamento sairão dos "carimbos", Fiúza trabalha com outras propostas elaboradas por membros do grupo. O relator deverá estabelecer um limite máximo e um limite mínimo para o valor das emendas por deputado. Assim, deputados como Cid Carvalho (dono de Cr\$ 8 bilhões em emendas) ou Manoel Moreira (Cr\$ 15 bilhões) terão que ceder em suas pretensões para atender às solicitações de outros parlamentares que não conseguiram ver seus pedidos acatados.